

7

Considerações finais: para não perpetuar o epistemicídio

De vez em quando eu xingo.
Mas não falo nomes pesados, não rogo praga,
pois ela se divide: uma parte fica com quem manda.

Palavra não tem cor, não tem cheiro nem
peso, mas tem força, vibra.
Sutilmente a palavra pode derrubar uma
pessoa com a mesma precisão de um
golpe quase invisível, porém mortal,
De um judoca.

“*Não abuse da palavra*”, Ana Cruz, 2001, p. 25.

O poder da palavra e da comunicação: Larôye!

Na tradição afro-brasileira a palavra tem poder. Ela é verbo. Na contextura dessa tradição, a oralidade é fonte da memória que nutre as lembranças da herança civilizatória de matriz africana no Brasil, negada e fragmentada pelo colonialismo europeu na Diáspora. A tentativa de destruição do legado africano, seja no próprio continente ou na Diáspora negra, expressa uma das dimensões do projeto de sociedade arquitetonicamente elaborado pela Europa Quinhentista, nas quais seus principais ideólogos forjaram as concepções de *centro e periferia*, o *eu* e o *outro*. Essas idéias corroboraram para a institucionalização de práticas e de dispositivos normativos responsáveis por um dos maiores genocídios que a história da humanidade teve conhecimento: a escravidão negra⁴⁸. Os impactos negativos do

⁴⁸ A memória da escravidão negra no Brasil é irrefutável, assim como as consequências nefastas desse regime para os negros em nossa sociedade. Temos assistido a presença de correntes neoconservadoras contrárias às iniciativas de políticas de combate à discriminação racial promovidas pelo Estado brasileiro, visando a promoção da igualdade racial da população negro-indígena. Indubitavelmente, a banalização do racismo não é um fenômeno local. Iniciativas dessa natureza têm se apresentado vivas em sociedades complexas, nas quais o Estado já apresenta uma longa experiência de implementação de políticas de discriminação positiva, como é o caso dos Estados Unidos da América, Índia, Austrália, Ásia.

Moore (2008, p. 9- 66) analisa as diferentes Diásporas negras motivadas pelo tráfico negreiro. O autor desenvolve um processo reflexivo rico, no qual enfatiza a importância para os negros africanos ou da diáspora romperem com o imaginário idílico sobre a África. A construção de uma nova tradição intelectual é urgente e requer a construção um novo imaginário com base no real capaz de subsidiar as lutas na Diáspora e no Continente Africano pela emancipação social, política e cultural dos povos africanos e da Diáspora negro- africana. Moore (2008) demonstra a forma ambígua como o Continente Africano foi identificado pelo poder dominante: primeiramente

racismo, do preconceito e da discriminação racial no corpo e na mente dos africanos e seus descendentes produziram malefícios visíveis para a população negra. Historicamente a população negra resistiu e vem resistindo à violência que o racismo impõe, com vistas a anulação de sua humanidade. Trata-se de um fenômeno global e os efeitos nefastos do racismo atingem a sociedade em geral e não somente as suas vítimas.

Nesse panorama, as mulheres negras consideradas, neste estudo, como sujeitos históricos, desenvolveram ao longo de sua inserção na dinâmica nacional experiências de resistência ao projeto patriarcal racista implementado pelo dominador.

Tanto o racismo, o preconceito e a discriminação racial foram e ainda são temas importantes para a compreensão das relações raciais no Brasil e o pano de fundo para a interpretação da questão racial e social em nossa sociedade. Hoje, diante do debate público sobre a implementação de políticas de promoção da igualdade racial, dentre as quais as políticas de ação afirmativa figuram, a sociedade brasileira se defronta com o total desconhecimento histórico do Continente Africano, sobretudo aos séculos que antecederam a colonização do Brasil e os mais de 300 anos de escravidão negro- africana brasileira. O Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo em 1888 (tabela em anexo), assim como

como o berço da humanidade e das primeiras civilizações mundiais e, uma outra representação absolutamente adversa- por que não dizer contraditória- na qual sua imagem é demonizada. Assim, diz o autor (2008, p. 13) “*A primeira imagem da África que surge diante de nós, representa os africanos como eterno escravos. Esse passado, marcado pelos tráficos de escravos, é conhecido; vários séculos dessa atividade, que reverteram numa hemorragia extraordinária de dezena de milhões de pessoas que saíram compulsoriamente do continente africano como escravizados, para nunca mais voltar*”. No presente estudo refuto a representação demonizada da África. Um dos caminhos a percorrer é aprofundar, no decorrer da pesquisa, as rotas da diáspora negra para identificar as condições das mulheres africanas e seus descendentes no Continente Americano para demonstrar a abrangência desse comércio humano na consolidação da nova ordem econômica mundial. Retomando às idéias de Moore (2008), o tráfico negreiro tem seu início no século VI com a anuência das elites africanas. No entanto é a rota transatlântica que é mais conhecida entre nós. Outras rotas do tráfico humano africano, a meu ver, são pouco exploradas nas pesquisas acadêmicas brasileiras. “*Havia rotas de tráfico de escravos organizados, rotas tradicionais e históricas: através do Saara, pela parte ocidental; através do eixo Kanen- Bornou e o Cairo (Egito); através do eixo Cairo- Sudão; e logo, através do eixo da Ilha de Zanzibar e de Oman, diretamente até a Arábia. Quando os árabes finalmente se apoderaram da Península Ibérica (Espanha e Portugal), a partir da África do Norte. Assim existia uma imensa população negra e escravizada na Espanha e em Portugal séculos antes do nascimento de Cristóvão Colombo (...). Ao longo de 800 anos, foram levados para essa região algo em torno de 4 milhões de africanos, segundo as estimativas do pesquisador francês Raymond Mauny (1961). Se somarmos os tráficos árabes entre os séculos VIII e XVI (possivelmente 12-15 milhões de africanos). O tráfico europeu a partir do século XVI (possivelmente 12-15 milhões de africanos), vemos que se tratou de um desmedido contingente de pessoas negociadas, vendidas, compradas, revendidas e, afinal, escravizadas em praticamente todos os países do Oriente Médio, da Ásia Meridional e da Europa, no decurso de um milênio*”(MOORE, 2008, p.17-18).

o país que mais importou africanos para regime escravista: quatro milhões⁴⁹. Hoje é a maior população negra do planeta depois da Nigéria, cerca de 97 milhões de pessoas se declararam negras (pretas e pardas). Todavia, até a Constituição de 1988 possuiu registro da edição de leis expressamente discriminatórias (Relatório do Comitê Nacional para a preparação da Participação Brasileira na III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001).

Carlos Moore (2007) chama atenção para a emergência de grupos neo-racistas em decorrência da desconstrução do mito da democracia racial pelos Movimentos Sociais Negros⁵⁰, pelo reconhecimento do racismo pelo Estado brasileiro e do crescente quadro de desigualdades sócio-raciais. Sinaliza, o autor que, paradoxalmente, às conquistas da sociedade civil na ampliação dos direitos humanos, emerge na cena pública brasileira a partir de 2000 um fenômeno por ele denominado “trivialização e banalização do racismo” que tem se manifestado em escala planetária *“seja relegando-o à esfera puramente das relações interpessoais, seja reduzindo-o ao plano de meros preconceitos que ‘todo o mundo tem’ ”* (Moore, 2007, p.28). Esse movimento tem como intenção esvaziar o conteúdo coletivo e político do racismo, assim como deslegitimar as crescentes reivindicações das populações afetadas por ele em todo mundo.

Em uma sociedade fundamentalmente racializada, como são todas as sociedades do Continente Americano e a maioria das sociedades do Planeta, a subestimação e a trivialização do racismo procedem de uma necessidade puramente ideológica. Em primeiro, lugar trata-se de legitimar e consolidar a posição do segmento racial dominante, mediante um discurso e práticas conscientemente orientadas para a manutenção de um *status quo*. Mas a trivialização do racismo também precisa do

⁴⁹ O estudo clássico de Julio J. Chiavenato aborda o tema da escravidão negra sob uma perspectiva inovadora, no qual através são analisadas fontes primárias como crônicas e outros registros da época, trazendo à baila as relações econômicas em nível internacional que ordenaram o capitalismo nascente na Europa e seus impactos nas colônias. Sua investigação contribuiu para visibilizar a violência anti-negro(a) no Brasil colonial, assim como desvelar as ideologias de branqueamento instituídas pelas elites brasileiras, dentre elas a defesa pelas elites econômicas e políticas da participação dos negros na Guerra do Paraguai. Sobre o impacto demográfico da escravidão negra no Brasil ver o Capítulo IV “O terrorismo inglês contra o tráfico de africanos” In CHIAVENATO, J. J. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*, 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 54-76

⁵⁰ A despeito do conceito Movimentos Negros, partilho com àquele defendido por Marcio André de O. dos Santos, em seu artigo “**Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros**”, 2009, no qual o autor procede à análise dos Movimentos Negros, no contexto brasileiro a partir de uma respectiva histórica. A noção de Movimentos Negros informada por ele, *“capta e traduz de forma mais consistente a dimensão de multivocalidade, pluralidade e plasticidade existente nesse movimento social”* (SANTOS, 2009, p. 233).

intento do segmento dominante de deslegitimar as crescentes lutas reivindicatórias das populações alvo do racismo (Moore, 2007, p. 29).

Isto posto, o poema da feminista negra Ana Cruz (2001) “Não abuse da palavra”, apresentado na epígrafe desta conclusão, afeta em mim como um acorde e, assim, tomo a palavra como potência. Por consequência, como partícipe da tradição negro-brasileira, endosso a idéia de que a palavra tem poder: ela vibra e, portanto, é capaz de derrubar, como sinaliza o poema, para, então, edificar. Por isso escolhi falar sobre *mulher negra* e política de cotas raciais no ensino superior. As mulheres negras são invisibilizadas mesmo presentes e atuando como sujeitos no espaço acadêmico. Ter pesquisado suas histórias de vida, em certa medida, é mergulhar em um universo, no qual estou imersa e implicada. É resistir à morte diária provocada pelo racismo.

No imaginário social brasileiro, a representação da mulher negra foi construída a partir de uma tradição herdada da *casa grande* na qual negros e negras são representados como descendentes de escravos ou a margem da sociedade. Em ambos os casos há um sentido trágico dessa representação. A literatura brasileira expressa esse imaginário quando em *Menino de Engenho* de José Lins do Rego traz as marcas da escravidão ao narrar a vida de favor a que foram relegados os negros no pós-abolição. Nas lembranças do menino de engenho há lugar para as suas primeiras experiências sexuais com as mulheres negras. Assim é no modernismo, o lugar da mulher negra é destinado às margens da pobreza, ou de ser objeto sexual dos brancos. Esse conceito traz em seu conteúdo a reflexão em torno do corpo negro, que foi trabalhado pela prof. Dr. Nilma Lino Gomes. Segundo a autora, durante séculos de escravidão, a perversidade do regime escravista materializou-se na forma como o corpo negro era visto e tratado. As marcas da diferença impressas nesse mesmo corpo, pela cor da pele e pelos outros sinais diacríticos serviu como mais um argumento para justificar a colonização e encobrir os objetivos econômicos e geopolíticos, enfim da dominação e da conquista.

Foi a comparação desses sinais corpóreos (como o nariz, a boca, a cor da pele, tipo de cabelo) com os do branco europeu colonizador que serviu de argumento para a formulação de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais. Esse tema atravessou a vivência de todas as entrevistadas. A força do estereótipo negativo do corpo feminino negro é indiscutível, sendo um fator

preponderante de negação da identidade negra. Essa ideologia pautada numa perspectiva de branquitude é inescapável do processo de socialização da mulher negra desde sua infância. Outro ponto bastante presente na experiência dessas mulheres é a sua inserção no trabalho doméstico como resultado da desigualdade social no mercado de trabalho. No entanto, a análise historiográfica nos remete ao século XIX o trabalho doméstico no Brasil era um campo de atuação, sobretudo das mulheres; a maioria dos estudos toma tais sujeitos como personagens centrais. Elas desempenhavam infinitas atividades como mucamas, amas de leite e criação, lavadeiras, engomadeiras, etc. Escravas, além de livres e libertas, podiam exercer atividades nas residências, mas a partir dos meados do século XIX as restrições da oferta de escravas e o discurso civilizador, racista e depois higienizador contribuíram para aumentar as oportunidades de emprego para as livres e libertas em detrimento das escravas (Lima, s/d).

Assim, o tema trabalho doméstico perpassou a vida de três das colaboradoras/sujeitos da pesquisa mostrando como essa condição ainda mantém na subalternidade um número significativo de mulheres. Nestes casos, destacamos que embora o trabalho doméstico tenha sido uma forma de sobrevivência, de modo algum deixou de impulsionar essas mulheres para na busca de ascensão social.

Na discussão de identidade utilizei-me do conceito de Castells no qual a identidade é histórica, mutável e dotada de significados culturais inter-relacionados. Segundo o autor a identidade é definida como legitimadora, de resistência e de projeto. Nas histórias de vida apresentadas localizamos as três modalidades. No âmbito das militantes entrevistadas, ressalta-se a construção de suas experiências coletivas nas quais prevaleceram a identidade de resistência. Contudo, em algumas trajetórias percebe-se a preocupação com a busca de outras frentes emancipatórias, como por exemplo, a questão da intolerância religiosa, da heteronormatividade obrigatória que entregam a agenda feminista negra no Brasil e nas Américas.

Por fim, quero afirmar que a pesquisa aponta para a constatação de que foi a vivência da política de cotas e a luta pela sua defesa que mobilizou as cinco colaboradoras/sujeitos da pesquisa a se engajarem na luta contra o racismo e a discriminação racial em várias esferas do tecido da vida social e que possibilitou a construção das identidades de resistência e de projeto.